

Comunicação oral: Eixo 2 - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 (2020– 2022)

Caroline de Lima Ericeira Façanha¹

Yara da Fonseca Ferreira ²

Resumo: Este estudo investiga os impactos do ensino remoto emergencial no processo de alfabetização em escolas públicas do estado de São Paulo entre 2020 e 2022. A suspensão das aulas presenciais, em decorrência da pandemia da Covid-19, trouxe desafios significativos à aprendizagem das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. De natureza qualitativa e bibliográfico-documental, a pesquisa analisa estratégias como a distribuição de tablets e o uso do Centro de Mídias SP. Constatou-se que, apesar dos investimentos tecnológicos, o ensino remoto ampliou desigualdades educacionais, comprometendo a alfabetização e evidenciando a necessidade de políticas de recomposição e equidade no pós-pandemia.

Palavras-chave: Alfabetização. São Paulo. Pandemia

Introdução

A alfabetização é um processo essencial para a constituição da cidadania e para a inserção plena do indivíduo na sociedade. Em sua definição mais ampla, alfabetizar não significa apenas ensinar a decodificação do sistema de escrita alfabética, mas garantir o desenvolvimento de competências comunicativas, cognitivas e sociais que permitam à criança interagir criticamente com o mundo letrado (Soares, 2004). De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a alfabetização deve ser consolidada até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, com foco na aquisição de habilidades de leitura e escrita articuladas às práticas sociais do letramento (Brasil, 2018).

Entretanto, a pandemia de Covid-19, desencadeada em 2020, impôs um cenário de emergência que desestabilizou profundamente o funcionamento das redes públicas de ensino no Brasil. Com a suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto como medida emergencial, as escolas públicas precisaram reconfigurar suas práticas pedagógicas em tempo recorde, enfrentando limitações tecnológicas, sociais e formativas.

¹ Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento – UNILA. Bacharel em Administração – UFMA e Graduada em Licenciatura em Pedagogia – IFSP. Professora UDC. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6146012256175428>, ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3064-8556>.

² Graduada em Licenciatura em Pedagogia – IFSP, yaradafonsecaferreira@gmail.com. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8931154879358469>. ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0006-7980-1450>.

No estado de São Paulo, maior rede pública da América Latina, a Secretaria de Educação implementou o Centro de Mídias SP e distribuiu tablets com acesso à internet para mitigar a exclusão digital. Ainda assim, Cerioni (2020) afirma que cerca de 35% dos alunos não conseguiram acessar regularmente os conteúdos disponibilizados.

As dificuldades foram ainda mais agudas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, período em que se estrutura o processo de alfabetização. Ferreiro e Teberosky (2001) destacam que a aquisição da escrita envolve hipóteses sucessivas que a criança formula com base em suas experiências com a linguagem. Tais hipóteses se desenvolvem no contexto da interação com o professor e com seus pares, dentro de um ambiente alfabetizador mediado por práticas sociais significativas. No modelo remoto, especialmente para crianças de 6 a 8 anos, esse ambiente foi severamente comprometido, tanto pela ausência de mediação constante quanto pela baixa capacidade das famílias em acompanhar e orientar as atividades escolares (Luiz, 2020).

A desigualdade no acesso à tecnologia e à conectividade agravou ainda mais esse cenário. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, cerca de 30% dos lares brasileiros não possuíam computador ou tablet em 2020, e muitos dependiam exclusivamente de dados móveis, com acesso limitado e instável (Agrela, 2018). Essa exclusão digital afetou de forma desproporcional as crianças em processo de alfabetização, dificultando ou até inviabilizando a continuidade da aprendizagem durante o ensino remoto emergencial.

Dentre os múltiplos desafios impostos pela pandemia ao processo de alfabetização, destaca-se a dificuldade em manter o vínculo pedagógico e a efetividade do trabalho com leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Silva (2022), ao analisar o impacto da pandemia em uma escola da periferia paulistana, observa que a ausência de recursos tecnológicos adequados e o distanciamento entre professores e alunos resultaram em retrocessos significativos no ciclo de alfabetização. De modo semelhante, Costa (2024), em sua tese, identificou que os alunos do terceiro ano do ensino fundamental, mesmo em uma escola de período integral, apresentaram dificuldades acentuadas na leitura e na escrita, atribuídas à fragilidade das estratégias adotadas durante o ensino remoto emergencial.

Ferreira (2025) reforça essa constatação ao sistematizar diferentes pesquisas acadêmicas e apontar que grande parte dos professores se sentiu despreparada para trabalhar com leitura e escrita em plataformas digitais, resultando em práticas fragmentadas e pouco significativas. Essa limitação metodológica refletiu diretamente no desempenho dos alunos, especialmente daqueles em contexto de vulnerabilidade social. Além disso, Xavier (2024) destaca que a situação foi ainda mais desafiadora para alunos da educação especial, cujas

necessidades específicas foram, muitas vezes, negligenciadas pelas políticas educacionais emergenciais e pela estrutura das aulas remotas, agravando as desigualdades já existentes no ambiente escolar.

Nesse sentido, esta pesquisa parte da seguinte problemática: Quais foram os impactos do ensino remoto emergencial, adotado entre 2020 e 2022, no processo de alfabetização das crianças matriculadas nas escolas públicas do estado de São Paulo?

Dessa pergunta, deriva-se o objetivo geral do estudo: analisar os efeitos da pandemia sobre o processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública paulista, com base nas medidas adotadas pelo poder público e nas condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

Como hipótese de pesquisa, parte-se do pressuposto de que, mesmo com os investimentos em tecnologia e plataformas digitais realizados pelo estado de São Paulo, o ensino remoto não garantiu, de forma equitativa e eficaz, o direito à alfabetização das crianças matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental, ampliando as desigualdades educacionais pré-existentes.

A relevância deste estudo se justifica pela necessidade urgente de compreender os danos pedagógicos gerados pela pandemia sobre a aprendizagem das crianças em fase de alfabetização, visando orientar políticas públicas de recomposição e equidade educacional.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico-documental, pois se fundamenta na análise e interpretação de fontes secundárias disponíveis em bancos de dados acadêmicos e documentos oficiais. A escolha por essa abordagem se justifica pelo interesse em compreender, a partir de estudos já publicados, os impactos do ensino remoto emergencial sobre o processo de alfabetização nas escolas públicas do estado de São Paulo durante a pandemia da Covid-19, entre os anos de 2020 e 2022.

O recorte temporal desta pesquisa compreende o período de 2020 a 2022, correspondente ao auge da pandemia da Covid-19 e à vigência do ensino remoto emergencial nas escolas públicas do estado de São Paulo. Essa delimitação se justifica por abranger os anos em que o processo de alfabetização foi diretamente impactado pela suspensão das aulas presenciais e pela implementação de estratégias digitais de ensino-aprendizagem. Analisar esse intervalo é fundamental para compreender os efeitos imediatos das políticas

educacionais adotadas durante a crise sanitária e seus desdobramentos sobre o direito à alfabetização das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental.

Para a construção do referencial teórico desta pesquisa, foram realizadas buscas sistemáticas em três bases de dados acadêmicas: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). O objetivo foi identificar estudos que abordassem a relação entre alfabetização, o contexto da pandemia de Covid-19 e a realidade das escolas públicas do estado de São Paulo. O Quadro 1, a seguir, apresenta um resumo dos resultados obtidos nessas buscas, incluindo os critérios de seleção utilizados e a quantidade final de trabalhos analisados.

Quadro 1: Resultados da pesquisa nas bases de dados acadêmicas (2020–2024)

Base de dados	Palavras-chave utilizadas	Resultados encontrados	Critério de seleção	Trabalhos lidos
CAPES	Alfabetização, São Paulo, Pandemia	25 artigos	Relevância temática e temporal, com foco em alfabetização na pandemia	8 artigos
BDTD	Alfabetização, São Paulo, Pandemia	94 trabalhos	Trabalhos com abordagem direta sobre alfabetização em contexto pandêmico	3 dissertações e 1 tese
SciELO	Alfabetização, São Paulo, Pandemia	0	-	Nenhum

Fonte: Construção das autoras por meio dos dados da pesquisa (2020–2024)

Como se observa no Quadro 1, a base de dados da CAPES apresentou 25 resultados iniciais, dos quais 8 artigos foram selecionados após análise de pertinência ao tema. Na BDTD, embora o número de trabalhos encontrados tenha sido significativamente maior (94), apenas quatro deles atenderam aos critérios estabelecidos: três dissertações e uma tese. Já na plataforma SciELO, não foram encontrados estudos com as palavras-chave especificadas, o que evidencia uma lacuna na produção científica indexada sobre a alfabetização no contexto da pandemia, especialmente voltada para o estado de São Paulo. Essa seleção permitiu reunir um conjunto consistente de estudos para embasar a análise desenvolvida ao longo desta pesquisa.

Com o objetivo de compreender, de forma aprofundada, os impactos do ensino remoto emergencial no processo de alfabetização durante a pandemia, esta pesquisa realizou um levantamento sistemático de produções acadêmicas recentes que abordam a temática. Após a busca nas bases de dados selecionadas, foram identificados e analisados trabalhos com diferentes enfoques e metodologias, mas que dialogam diretamente com o problema de pesquisa proposto. O Quadro 2, a seguir, apresenta uma síntese dos principais autores, tipos de trabalho e respectivas contribuições para o tema investigado.

Quadro 2: Síntese dos principais autores utilizados na pesquisa (2020–2024)

Autor (a)	Tipo de trabalho	Título	Ano
COSTA, C. D. M. da.	Artigo	Desafios e possibilidades de se trabalhar com a leitura e a escrita a partir do ensino remoto.	2024
COSTA, Y. K. M.	Tese	Impactos do ensino remoto emergencial nos processos de leitura e escrita de alunos do terceiro ano do ensino fundamental de uma escola de período integral.	2024
FERREIRA, A. P.	Dissertação	Trabalho pedagógico com leitura e escrita na pandemia: o que dizem as pesquisas acadêmicas?	2025
GOMES, G. A. da S.	Artigo	Educação em tempos de pandemia: uma reflexão acerca da pobreza, opressão e humanização.	2022
LUIZ, S. S. F.	Artigo	Alfabetização na pandemia: realidade e desafios.	2020
MUTO, J. H. D. e POSTALLI, L. M. M.	Artigo	Ensino Informatizado de Leitura e Escrita para Alunos em Alfabetização no Formato Remoto e Síncrono.	2024
NISHIMORI, V. C. S. A.; CRUZ, J. A. S.	Artigo	Alfabetização e ensino remoto: possibilidades e perspectivas.	2022
RODRIGUES, M. S.	Artigo	Alfabetização e ensino remoto.	2020
SILVA, A. C. da e ARAÚJO, A. V. O.	Artigo	Ensino informatizado de leitura e escrita para alunos em alfabetização no formato remoto e síncrono.	2021
SILVA, C. S.	Dissertação	Impactos da pandemia no ciclo de alfabetização em uma escola pública da periferia paulistana.	2022
OLIVEIRA, R. D.	Artigo	A alfabetização em tempos de pandemia.	2021
XAVIER, J. J. de A.	Dissertação	Práticas de ensino e o lugar do público da educação especial durante a pandemia de Covid-19 : percepções de professoras.	2024

Fonte: Construção das autoras por meio dos dados da pesquisa (2020–2024)

O Quadro 2 evidencia a diversidade de formatos e perspectivas dos estudos utilizados na construção desta análise. Foram considerados artigos científicos, dissertações e uma tese de doutorado, todos produzidos entre 2020 e 2025, refletindo a atualidade do debate sobre alfabetização e pandemia. Destacam-se trabalhos como os de Costa (2024), Ferreira (2025)

e Muto e Postalli (2024), que trazem importantes contribuições sobre as estratégias pedagógicas adotadas durante o ensino remoto, os desafios enfrentados por professores e alunos e as consequências da exclusão digital. Essa variedade de fontes permitiu uma abordagem crítica e abrangente dos efeitos do ensino remoto sobre a alfabetização, fortalecendo a fundamentação teórica e os achados desta pesquisa.

Além das produções acadêmicas, foram consultadas reportagens, documentos oficiais e dados estatísticos de instituições públicas como a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o IBGE e a Fundação Getúlio Vargas, a fim de enriquecer a análise com informações atualizadas sobre as ações implementadas no período e o contexto de acesso às tecnologias educacionais.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é indicada quando se busca conhecer e discutir diferentes abordagens teóricas já sistematizadas sobre um determinado tema, o que permite uma análise crítica e fundamentada. Ao adotar esse caminho metodológico, o presente trabalho visa não apenas descrever os efeitos da pandemia na alfabetização, mas também contribuir para a construção de políticas públicas mais eficazes e equitativas no pós-pandemia.

Referencial Teórico

A alfabetização é compreendida, neste trabalho, como um processo que vai além da simples decodificação do sistema alfabético. Envolve o desenvolvimento de competências cognitivas, linguísticas e sociais, permitindo à criança atuar de forma crítica e significativa no mundo letrado (Soares, 2004). Nesse sentido, é preciso diferenciar alfabetização de letramento, embora ambas estejam interligadas: enquanto a primeira está relacionada à apropriação do código escrito, o segundo refere-se ao uso social da leitura e da escrita em diferentes contextos.

Ferreiro e Teberosky (2001), com base na psicogênese da língua escrita, destacam que a construção do conhecimento sobre a escrita ocorre por meio de hipóteses formuladas pelas próprias crianças. Essas hipóteses são elaboradas a partir das interações com o ambiente alfabetizador, com os colegas e com o professor, o que evidencia a importância de práticas pedagógicas intencionais, significativas e mediadas. A presença ativa do educador, aliada a um espaço propício à aprendizagem, é essencial para o avanço no processo de alfabetização.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, determina que a alfabetização deve estar consolidada até o final do 2º ano do ensino fundamental, com foco

na construção de habilidades de leitura, escrita e oralidade articuladas a práticas sociais (Brasil, 2018). No entanto, durante o período da pandemia da Covid-19, esse objetivo se tornou ainda mais desafiador. A suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto emergencial interromperam bruscamente a dinâmica tradicional do processo alfabetizador.

Segundo Luiz (2020), os anos iniciais do ensino fundamental foram especialmente prejudicados, uma vez que as crianças nessa faixa etária demandam maior acompanhamento, interação e mediação pedagógica direta. Muitos alunos não contavam com o apoio necessário em casa, o que agravou ainda mais as dificuldades de aprendizagem. Esse quadro é intensificado pela desigualdade de acesso às tecnologias e à conectividade. Conforme levantamento Comitê Gestor da Internet no Brasil - CETIC, cerca de 30% dos domicílios brasileiros não possuíam computador ou tablet em 2020, o que impediu a participação de milhares de estudantes nas atividades remotas (CETIC, 2022).

De acordo com Rodrigues (2020), o ensino remoto trouxe à tona a fragilidade das políticas públicas voltadas para a alfabetização. A falta de infraestrutura adequada, tanto nas escolas quanto nos lares dos estudantes, associada à ausência de formação específica dos docentes para esse novo formato, resultou em práticas pedagógicas limitadas, que muitas vezes se restringiam ao envio de tarefas descontextualizadas.

Silva e Araújo (2021) destacam que a alfabetização exige a mediação constante do professor, a troca entre pares e a criação de um ambiente alfabetizador rico em estímulos e interações. No modelo remoto, principalmente para crianças em fase inicial de aprendizagem da leitura e escrita, essas condições foram duramente comprometidas. O estudo das autoras demonstra que, mesmo em experiências síncronas, os recursos tecnológicos não foram suficientes para suprir as ausências do espaço físico escolar.

Já Oliveira (2021) argumenta que a alfabetização não pode ser compreendida isoladamente de suas condições materiais e sociais. A pandemia aprofundou a desigualdade educacional, evidenciando a exclusão digital como um fator determinante para o acesso ao direito básico à educação. Famílias em situação de vulnerabilidade econômica enfrentaram maiores obstáculos para acompanhar as atividades escolares, o que impactou diretamente o desempenho dos alunos em alfabetização.

Em reflexão semelhante, Gomes (2022) analisa a alfabetização no contexto da pandemia a partir de uma perspectiva crítica, dialogando com os conceitos de opressão e humanização propostos por Paulo Freire. Para o autor, o momento evidenciou a importância de uma prática educativa que reconheça os sujeitos em sua totalidade, incluindo seus contextos

sociais, afetivos e culturais. O autor defende que, mais do que adaptar conteúdos, é preciso repensar o sentido da alfabetização como prática emancipadora.

A utilização de tecnologias digitais no processo de alfabetização, especialmente em contextos remotos, exigiu dos docentes uma reorganização metodológica significativa. Muto e Postalli (2024) apontam que o ensino informatizado, quando estruturado de forma síncrona e intencional, pode favorecer o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, desde que esteja aliado à mediação qualificada do professor. Os autores destacam que o uso de plataformas digitais em tempo real permitiu alguma manutenção do vínculo pedagógico, sobretudo quando se respeitavam as necessidades do ciclo de alfabetização e o ritmo dos estudantes. No entanto, reforçam que o sucesso dessas estratégias depende de fatores como o acesso à internet, a familiaridade dos alunos com os dispositivos e o suporte das famílias — condições nem sempre garantidas em escolas públicas.

De forma complementar, Costa *et al.* (2024) enfatizam que os desafios enfrentados durante o ensino remoto foram amplificados pela desigualdade estrutural que atinge as escolas públicas, sobretudo nas regiões mais vulneráveis. A experiência relatada no projeto “Letrar: letras e números” mostrou que muitos alunos tinham dificuldades de participar das aulas síncronas por falta de acesso à internet ou porque dividiam um único celular com outros membros da família. Segundo os autores, “foi necessário adaptar as atividades planejadas, com o uso de videoaulas e recursos lúdicos como jogos e contação de histórias, para minimizar os prejuízos do distanciamento” (Costa *et al.*, 2024, p. 494). Ainda assim, a equipe envolvida no projeto percebeu avanços significativos nos alunos que conseguiram manter uma participação mínima, revelando que, mesmo em contextos adversos, a intencionalidade pedagógica e o uso criativo da tecnologia podem gerar resultados positivos no processo de alfabetização.

Por fim, Santos e Lima (2022) exploram as estratégias utilizadas por professores da rede pública para manter o vínculo pedagógico com seus alunos. Apesar das dificuldades, os autores identificam experiências criativas que buscaram ressignificar o processo de leitura e escrita no ambiente virtual, utilizando recursos como vídeos, jogos interativos e contação de histórias. No entanto, os limites da interação remota ainda se mostraram obstáculos significativos à efetivação da alfabetização plena.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a pandemia não apenas interrompeu o processo de alfabetização para muitos estudantes, mas também agravou desigualdades educacionais históricas, especialmente entre as crianças de famílias com menor renda e acesso precário à internet. A análise desses impactos exige uma abordagem crítica, que

considere os limites das políticas emergenciais adotadas e a necessidade de ações estruturais de recomposição das aprendizagens.

Resultados e discussão

A análise das produções acadêmicas, dissertações, teses e documentos oficiais consultados nesta pesquisa evidencia que o ensino remoto emergencial, implementado no estado de São Paulo entre 2020 e 2022, comprometeu significativamente o processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Apesar dos esforços do poder público em prover tecnologia, como a distribuição de tablets e o uso do Centro de Mídias SP, persistiram barreiras estruturais e sociais que limitaram a efetividade das ações, principalmente entre os alunos mais vulneráveis.

Os estudos de Costa (2024) e Silva (2022) demonstram que a ausência de um ambiente alfabetizador presencial e a falta de mediação direta por parte dos professores comprometeram o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, sobretudo entre os estudantes do 3º ano do ensino fundamental. Os dados revelam que muitas crianças retornaram às aulas presenciais com defasagens significativas, agravadas por limitações no acesso a dispositivos e conectividade.

Ferreira (2025) aponta que a precariedade da formação docente para o uso das tecnologias digitais contribuiu para práticas pedagógicas pouco interativas e descontextualizadas. Isso se reflete nas dificuldades enfrentadas pelos professores para adaptar suas metodologias ao ambiente remoto, resultando em experiências de aprendizagem inconsistentes e, muitas vezes, frustrantes para os alunos. Essa constatação é reforçada por Rodrigues (2020), que discute a fragilidade das políticas públicas de alfabetização frente a cenários emergenciais.

De forma complementar, Muto e Postalli (2024) identificaram que o ensino informatizado, quando conduzido de forma síncrona e planejada, pode ser benéfico, desde que acompanhado por mediação qualificada e infraestrutura adequada. No entanto, como relatam Costa *et al.* (2024), a realidade de muitas escolas públicas esteve distante desse ideal, com professores e alunos enfrentando múltiplos desafios, como compartilhamento de aparelhos, instabilidade da conexão e ausência de apoio familiar.

As práticas pedagógicas mais efetivas durante o ensino remoto emergencial, conforme destacam Santos e Lima (2022), foram aquelas que souberam integrar ludicidade e tecnologia, com o uso de contações de histórias, jogos digitais e videoaulas. Tais iniciativas, embora pontuais, revelaram o potencial de inovação dos docentes diante de um contexto adverso. Entretanto, como apontam Oliveira (2021) e Gomes (2022), esses esforços não

foram suficientes para garantir a alfabetização plena de todos os estudantes, especialmente os que vivem em contextos de maior vulnerabilidade social.

Outro aspecto crítico diz respeito à exclusão de alunos com deficiência do processo remoto, como discute Xavier (2024). A ausência de políticas e recursos específicos para a educação especial agravou as desigualdades e promoveu o retrocesso em direitos já conquistados.

Os dados apontam, portanto, para a confirmação da hipótese desta pesquisa: as ações emergenciais adotadas pelo estado de São Paulo, embora bem-intencionadas, não foram capazes de assegurar, de forma equitativa e eficaz, o direito à alfabetização durante a pandemia. O impacto foi mais profundo entre os estudantes que já se encontravam em desvantagem social e educacional, exigindo, no pós-pandemia, políticas públicas de recomposição da aprendizagem com foco em justiça social, equidade digital e fortalecimento da mediação docente.

Considerações finais

A pandemia da Covid-19 escancarou desigualdades históricas do sistema educacional brasileiro e evidenciou a fragilidade das políticas públicas para assegurar o direito à alfabetização em tempos de crise. O estado de São Paulo, apesar de sua estrutura robusta e dos investimentos em tecnologia, não conseguiu evitar os danos causados pela interrupção das aulas presenciais e pela adoção abrupta do ensino remoto emergencial.

Esta pesquisa revelou que as estratégias adotadas, como o Centro de Mídias SP e a distribuição de tablets, foram importantes, mas insuficientes diante dos múltiplos desafios enfrentados por professores, alunos e famílias. A exclusão digital, a falta de formação adequada para o uso pedagógico das tecnologias e a ausência de mediação constante comprometeram a aprendizagem das crianças em fase de alfabetização. Os dados analisados mostram que o ensino remoto aprofundou lacunas já existentes, especialmente entre os estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Ainda que algumas experiências tenham demonstrado criatividade e comprometimento por parte dos educadores — como o uso de jogos, contação de histórias e plataformas interativas — essas ações não substituíram o ambiente escolar presencial e a complexidade das interações necessárias para a alfabetização plena.

Assim, torna-se urgente a implementação de políticas públicas que promovam a recomposição das aprendizagens de forma planejada, contínua e equitativa. Isso inclui o investimento em formação docente, ampliação da infraestrutura tecnológica nas escolas,

reforço das práticas presenciais e valorização do papel da mediação pedagógica no processo alfabetizador.

Em síntese, alfabetizar durante a pandemia exigiu mais do que acesso à tecnologia: demandou sensibilidade, compromisso político e reconhecimento da educação como direito fundamental. O desafio agora é reconstruir caminhos educacionais mais justos, que garantam, a todas as crianças, a oportunidade de aprender a ler e a escrever com significado, dignidade e inclusão.

Referências

- AGRELA, L. *Um terço dos domicílios no Brasil não têm acesso à internet*. Exame, 2018. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/um-terco-dos-domicilios-no-brasil-nao-tem-acesso-a-internet/>. Acesso em: 08 jun 2025.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- CERIONI, C. *Prefeitura de SP vai comprar 465 mil tablets para alunos da rede pública*. Exame, 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/prefeitura-de-sp-vai-comprar-465-mil-tablets-para-alunos-da-rede-publica/>. Acesso em: 08 jun 2025.
- CETIC. *Resumo Executivo – Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2022*. São Paulo: *Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br*; Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br, 29 ago. 2023. 32 p. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143348/resumo_executivo_tic_domicilios_2022.pdf. Acesso em: 28 maio de 2025.
- COSTA, C. D. M. da. *et al.* Desafios e possibilidades de se trabalhar com a leitura e a escrita a partir do ensino remoto. *Revista Caderno Pedagógico*, Curitiba, v. 21, n. 1, p. 491–506, 2024.
- COSTA, Y. K. M. *Impactos do ensino remoto emergencial nos processos de leitura e escrita de alunos do terceiro ano do ensino fundamental de uma escola de período integral*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/257167>. Acesso em: 28 maio 2025.
- FERREIRA, A. P. *Trabalho pedagógico com leitura e escrita na pandemia: o que dizem as pesquisas acadêmicas?* Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, 2025. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/14181>. Acesso em: 20 maio 2025.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, G. A. da S. Educação em tempos de pandemia: uma reflexão acerca da pobreza, opressão e humanização. *Revista Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 49, 2022.
- LUIZ, S. S. F. *Alfabetização na pandemia: realidade e desafios*. UFPB, 2020.
- MUTO, J. H. D.; POSTALLI, L. M. M. Ensino Informatizado de Leitura e Escrita para Alunos em Alfabetização no Formato Remoto e Síncrono. *Revista Ensino, Educação e Ciências Humanas*. v. 25, n. 4, p. 813–823, 2024.
- NISHIMORI, V. C. S. A.; CRUZ, J. A. S. Alfabetização e ensino remoto: possibilidades e perspectivas. *Revista Brasileira Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 23, n. 00, e022007, jan./dez. 2022.
- OLIVEIRA, R. D. A alfabetização em tempos de pandemia. *Revista Caderno de Educação*, Pelotas, n. 66, p. 1-21, 2021.

RODRIGUES, M. S. Alfabetização e ensino remoto. *Revista Olhares & Trilhas*, v. 23 n. 2, 2020.

SANTOS, E. de L.; LIMA, J. S. Desafios e possibilidades de se trabalhar com a leitura e a escrita a partir do ensino remoto. *In: VIII ENALIC, 2022* 2022.

SILVA, A. C. da; ARAÚJO, A. V. O. Ensino informatizado de leitura e escrita para alunos em alfabetização no formato remoto e síncrono. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 1, p. 491–506, 2021.

SILVA, C. S. *Impactos da pandemia no ciclo de alfabetização em uma escola pública da periferia paulistana*. Dissertação. Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Práticas Educacionais. UNINOVE, São Paulo, 2022. Disponível em:

<http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3120>. Acesso em: 15 jun 2025.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

XAVIER, J. J. de A. *Práticas de ensino e o lugar do público da educação especial durante a pandemia de Covid-19 : percepções de professoras*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Departamento de Educação, Instituto de Ciências Humanas Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2024. Disponível em:

<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/18952>. Acesso em: 20 maio 2025.